

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinamos as demonstrações financeiras anexas do **Instituto Politécnico de Castelo Branco**, quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de Balanço de 45.925.269,75 euros e um total de Fundos Próprios de 5.300.960,44 euros, incluindo um resultado líquido de 528.653,15 euros), a Demonstração dos Resultados por Natureza, os Mapas de Controlo Orçamental de Despesas e Receitas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, Mapa de Descontos e Retenções, Mapa de Entrega de Descontos e Retenções, Mapa de Desenvolvimento das Despesas com Pessoal do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Instituto Politécnico de Castelo Branco, e o resultado das suas operações e fluxos de caixa, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo n.º 7.1. abaixo, o exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Gestão, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7.1. Não foi possível comprovar a titularidade como proprietário dos edifícios, onde se encontram instaladas a Escola Superior Agrária e a Escola Superior de Educação em virtude de não se encontrarem registados na Conservatória do Registo Predial competente.

7.2. Os terrenos afectos e os de propriedade da Entidade onde se encontram instalados os Serviços Centrais, a Escola Superior Agrária, a Escola Superior de Educação, a Escola Superior de Tecnologia, a Escola Superior de Artes Aplicadas e a Escola Superior de Gestão não se encontram registados na contabilidade.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas no parágrafo n.º 7.1. e quanto aos efeitos das situações descritas no parágrafo n.º 7.2. acima, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Instituto Politécnico de Castelo Branco**, em 31 de Dezembro de 2010 e o resultado das suas operações e fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. *É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.*

ÊNFASES

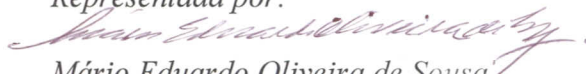
10. *Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a situação seguinte:*

10.1. *Parte dos imóveis adquiridos ou obtidos por cedência, transferência e doações até 31/12/2001 foram objecto de avaliação por entidade independente, conforme se encontra evidenciado no Anexo. À data do balanço, o respectivo valor contabilístico ascendia a 28.366.473,78 euros.*

Castelo Branco, 2011/04/27

Eugénio Branco & Associados, SROC, Lda.

Representada por:



Mário Eduardo Oliveira de Sousa

Revisor Oficial de Contas, n.º 893